


Instituto Trata Brasil

PANORAMA DO SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

11 anos da Lei 11445/2007





Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo, mas ainda não conseguiu levar serviços de saneamento básico a todos os brasileiros

34 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada

SNIS 2016

49%


da população

não

possui coleta
de esgoto

SNIS 2016






No Brasil é como se **5.000**
piscinas olímpicas de esgotos
fossem despejadas na
natureza diariamente



Somente
44%
dos esgotos são
tratados



**Um problema de saúde pública
São doenças que assolam as
pessoas por todo o país**

407

**mil internados
por diarreia**

**e doenças da falta de
Saneamento
em 2015**

(IBGE)

53%

**dos casos
são crianças
de 0 a 5 anos**

Escolas de Ensino Fundamental (06 a 15 anos)



Ensino Médio - até 18 anos



SANEAMENTO E DOENÇAS DO AEDES AEGYPTI

*O controle vetorial
(do Aedes aegypti) somente
poderá ser alcançado se as
iniciativas do setor saúde
forem acompanhadas por
ações efetivas nas áreas de
educação, moradia,
saneamento básico,
resíduos sólidos
e urbanismo.*

MORTALIDADE INFANTIL



4,8%

a mais em 2016,
comparado com
2015

Causas:
Zika vírus
Mudanças
socioeconômicas

Avanços médios do Brasil no Atendimento a saneamento – Comparação do país com as 100 maiores cidades – período 2011 a 2016 (SNIS)

Ano	População total com água tratada (%)		População total com coleta de esgoto (%)		Esgoto tratada x água consumida (%)		Perdas de água na distribuição (%)		Investimento (R\$ bilhões médios de 2015)	
	Brasil	100 maiores cidades	Brasil	100 maiores cidades	Brasil	100 maiores cidades	Brasil	100 maiores cidades	Brasil	100 maiores cidades
2011	82,4	93,52	48,1	69,05	37,5	46,65	38,8	39,78	10,91	5,83
2012	82,7	93,45	48,3	69,39	38,7	48,8	36,9	37,82	12,07	6,09
2013	82,5	92,91	48,6	69,14	39	48,03	37	39,08	12,16	5,85
2014	83	93,27	49,8	70,37	40,8	50,26	36,7	38,34	13,29	6,48
2015	83,3	93,84	50,26	71,05	42,67	51,72	36,7	37,77	12,18	6,53
2016	83,3	93,3	51,92	72,1	44,92	54,3	38,05	39,1	11,5	6,6

+ 50%

**DOS
INVESTIMENTOS
ESTÃO EM 100
CIDADES**



Situação do atendimento a água e esgotos nos Estados (Ano 2016)

Região	Índice de atendimento total de água	Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água	Índice de esgoto tratado referido à água consumida	Índice de perdas na distribuição
	percentual	percentual	percentual	percentual
	IN055	IN056	IN046	IN049
-	2016	2016	2016	2016
Acre	47,99	12,23	19,42	61,06
Amapá	35,86	5,86	12,04	70,49
Amazonas	78,23	7,30	23,17	44,76
Pará	43,47	9,03	7,34	42,79
Rondônia	40,71	4,07	6,33	50,83
Roraima	80,70	38,39	54,30	66,61
Tocantins	82,30	21,71	23,29	30,11
NORTE	55,37	10,45	18,3	47,32
Alagoas	76,74	19,00	41,74	45,90
Bahia	80,00	36,52	52,38	38,36
Ceará	64,06	25,15	35,43	40,55
Maranhão	54,74	12,12	12,72	62,85
Paraíba	72,01	38,48	47,24	36,46
Pernambuco	77,69	27,03	30,23	52,64
Piauí	77,92	11,60	10,54	43,69
Rio Grande do Norte	79,23	23,48	24,02	49,87
Sergipe	86,36	22,99	29,08	47,69
NORDESTE	73,63	26,79	36,22	46,26
Espírito Santo	82,10	51,01	36,59	36,28
Minas Gerais	82,25	71,88	35,78	35,13
Rio de Janeiro	92,36	66,11	33,57	31,39
São Paulo	95,82	88,76	62,84	36,12
SUDESTE	91,24	78,57	48,8	34,73
Paraná	93,33	67,86	69,77	34,73
Rio Grande do Sul	86,13	30,22	25,71	36,97
Santa Catarina	87,71	20,86	26,99	37,34
SUL	89,36	42,46	43,87	36,29
Distrito Federal	99,06	85,23	84,42	35,21
Goiás	87,99	49,96	49,37	30,23
Mato Grosso	87,33	28,01	29,45	43,47
Mato Grosso do Sul	86,07	45,17	41,77	31,93
CENTRO OESTE	89,67	51,52	52,62	34,97
BRASIL	83,3	51,92	44,92	38,05

Valores do consumo médio per capita de água (indicador IN022) dos prestadores de serviços participantes do SNIS, em 2016 e na média dos últimos três anos (2013, 2014 e 2015), segundo estado, região geográfica e Brasil

Estado / Região	IN ₀₂₂ (l/hab.dia)	IN ₀₂₂ (l/hab.dia)	Variação
	Média últimos 3 anos	Ano 2016	2016/ Média últimos 3 anos
Acre	166,1	159,7	-3,9%
Amapá	164,6	178,5	8,4%
Amazonas	166,5	170,4	2,4%
Pará	146,8	143,3	-2,4%
Rondônia	183,6	166,3	-9,4%
Roraima	152,6	152,4	-0,1%
Tocantins	132,6	140,2	5,7%
Norte	154,8	154,5	-0,2%
Alagoas	99,7	96,7	-3,0%
Bahia	113,7	111,3	-2,1%
Ceará	129,5	125,0	-3,5%
Maranhão	165,6	136,5	-17,6%
Paraíba	124,9	113,6	-9,1%
Pernambuco	104,0	92,3	-11,2%
Piauí	138,0	125,7	-8,9%
Rio Grande do Norte	114,9	113,8	-1,0%
Sergipe	121,0	116,6	-3,7%
Nordeste	120,3	112,5	-6,5%
Espírito Santo	189,2	165,1	-12,7%
Minas Gerais	154,1	155,2	0,7%
Rio de Janeiro	252,8	248,3	-1,8%
São Paulo	175,5	166,0	-5,4%
Sudeste	186,0	179,7	-3,4%
Paraná	142,3	137,8	-3,2%
Rio Grande do Sul	158,2	147,7	-6,7%
Santa Catarina	153,2	149,8	-2,2%
Sul	150,7	144,2	-4,3%
Distrito Federal	174,7	150,5	-13,8%
Goiás	143,6	136,8	-4,7%
Mato Grosso	163,5	167,4	2,4%
Mato Grosso do Sul	155,4	153,5	-1,3%
Centro-Oeste	156,1	148,5	-4,8%
Brasil	160,8	154,1	-4,1%



A wide-angle photograph of the Baía de Guanabara in Rio de Janeiro, Brazil. The water is dark blue with some white foam from waves. In the background, the iconic Sugarloaf Mountain (Pão de Açúcar) rises prominently against a clear sky. Some buildings and a white structure are visible on the distant shore.

Baía de Guanabara

A photograph showing a dense cluster of informal settlements (favelas) built on stilts along a body of water. The buildings are made of various materials, including wood and corrugated metal, and are packed closely together. The water in the foreground is somewhat murky.

Bairros à beira de praias ou reservatórios

A photograph of a riverbank in Manaus, Brazil, completely covered in a thick layer of plastic waste, including bottles, bags, and other debris. A person is sitting on a small boat or log in the water, surrounded by the pollution. The background shows some buildings and trees.

Igarapés de Manaus

An aerial photograph of the city of São Paulo, Brazil, showing the Rio Tietê flowing through the urban landscape. The city is densely packed with buildings, and the river is a prominent feature. A large bridge is visible in the foreground.

Rio Tietê – São Paulo

Ícones do turismo acabam poluídos

Ícones do turismo (Quebra-Mar – Barra da Tijuca / Rio)



Foto: Mário Moscatelli / G1)

Principais candidatos à Presidência citam saneamento básico ao Correio Braziliense



Álvaro Dias
(Podemos)

“O acesso universal a saneamento necessita de investimento de R\$ 270 bilhões. **Considerando o valor destinado ao saneamento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entre 2007 e 2010 (R\$ 40 bilhões), seriam necessários sete PACs.** Embora o investimento seja alto, a sua necessidade obriga que cheguemos perto da meta, mesmo de forma gradual. Também é preciso atuar na drenagem e no manejo das águas pluviais, que contribuem para a ocorrência de enchentes, deslizamentos, alagamentos e assoreamento dos corpos hídricos.”

“Recebi Fortaleza com apenas 13% de rede de saneamento e entreguei com 67% dos domicílios saneados. **No caso do Brasil, o recurso para saneamento básico não precisa ser a fundo perdido. Ainda antes de uma reforma fiscal e do redesenho do pacto federativo, vamos fazer um aperfeiçoamento na legislação de garantias e de franquias de empréstimos com retenção ou procuração de garantia com fundo de participação ou de parte de ICMS.** Com isso, municípios e estados poderão ter acesso a mais de R\$ 300 bilhões.”



Ciro Gomes
(PDT)



Geraldo Alckmin
(PSDB)

“Nosso programa tem como ponto de partida a necessidade de melhorar a gestão dos recursos. Com isso, será possível expandir a cobertura de saneamento nas periferias urbanas. É preciso aumentar a participação privada para fazer mais e melhor. **Em outra frente, para melhorar a eficácia, o escasso dinheiro público deve ser utilizado exclusivamente para o pagamento de resultados comprovadamente alcançados e não para realização de obras que frequentemente não funcionam adequadamente.**”



Guilherme Boulos
(PSol)

“Defendemos a alteração do atual modelo centralizado e empresarial. **Vamos direcionar os recursos federais não onerosos para o tratamento dos esgotos, exigindo como contrapartida a universalização do abastecimento de água e da coleta de esgotos.** Vamos estabelecer um plano de aplicação desses recursos de forma descentralizada, visando o interesse exclusivamente social. Será também estabelecida uma estratégia de transição de lixões para cadeias locais/regionais que sustentem a valorização de resíduos.”

“A questão é a incapacidade das empresas estaduais de águas e esgoto de atenderem à demanda, seja por sua baixa produtividade, seja por interferência política. **O governo acabou de enviar ao Congresso a MP 844, que amplia o escopo de atuação da Agência Nacional de Águas (ANA), estendendo a competência para regular saneamento.** Com isto, as empresas estatais estaduais, que têm se mostrado incapazes de resolver o déficit de saneamento básico nos estados, poderão ser substituídas por empresas privadas.”



Henrique Meirelles
(MDB)



Lula
(PT)

“Serão retomadas ações de governos petistas com o fim de reduzir a vulnerabilidade às secas. Isso ocorrerá por meio da retomada ou início de obras de adutoras, canais e barragens, priorizando o consumo humano e dos animais. **Será desenvolvida a política de reúso e de busca de fontes não-convencionais, como a dessalinização de água do mar.** Será adotado modelo que considere agricultores familiares e a produção em larga escala e que priorize tecnologias que garantam a racionalização dos recursos hídricos.”



Marina Silva
(Rede)

*“Precisamos criar políticas públicas para universalizar o saneamento básico. Vamos aprimorar o marco legal existente e investir na ampliação desse serviço. **Os municípios precisam de capacidade institucional para elaborar planos de saneamento básico, para que a União consiga fazer a transferência dos recursos.** Mas o mais importante é criar uma cultura de cuidado com a água. Precisamos tornar o tratamento de esgoto mais eficiente e mais barato, a partir do aprimoramento legal e da inovação.”*

*“É preciso ampliar a participação da iniciativa privada no saneamento básico. Hoje, apenas 6% dos municípios brasileiros têm parcerias com empresas privadas, com resultados muito mais eficientes. É preciso melhorar a gestão do setor, capacitando os municípios menores na formação de consórcios intermunicipais. **Para atrair a gestão privada, é preciso simplificar a legislação e aperfeiçoar a regulação. Cidades com redes de esgoto eficiente têm melhores indicadores de saúde.**”*



João Amoêdo
(Novo)

UOL notícias

ÚLTIMAS - CIÊNCIA E SAÚDE - ECONOMIA - INTER - JORNAIS - POLÍTICA - ELEIÇÕES 2018 - UOL CO

Governo publica MP que atualiza marco legal do saneamento básico

COMENTE

ESTADÃO conteúdo

Luci Ribeiro

Brasília 09/07/2018 | 09h55



Ouvir texto

Imprimir

Comunicar erro

O Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira publica a Medida Provisória 844/2018, que atualiza o marco legal do saneamento básico. O texto foi assinado pelo presidente Michel Temer na sexta-feira, 6, em evento no Palácio do Planalto. Segundo Temer, a norma facilitará aos Estados e municípios fechar contratos para a expansão das redes de água tratada e esgoto.

A MP também modifica as leis de nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas (ANS) competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; de nº 10.768/2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e de nº 11.445/2007, para aprimorar as

ANA como formuladora de Normas de Referência para harmonizar a forma de regular das mais de 50 agências reguladoras existentes hoje no país

Soluções de saneamento para todo o território a minuta obriga ao município pensar em soluções para o saneamento básico em toda a cidade, e não somente nas áreas urbanas

Atuação regional: a possibilidade de prestação de serviços e formulação de planos de saneamento regionais, seja por consórcios, comitês de bacias hidrográficas ou similar

Cobrança da tarifa pela disponibilidade das redes: destaca-se também na MP a possibilidade da cobrança da tarifa pela disponibilidade das redes de esgoto

Auditorias no SNIS / SINISA

Criação do CISB – Comitê Intermunicipal de Saneamento Básico

Artigo 10A – Redação - "Art. 10-A. - A interpretação que as entidades ligadas às empresas públicas estão passando é que esse item significará a privatização do saneamento no país

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA EXPANSÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL

INSTITUTO TRATA BRASIL

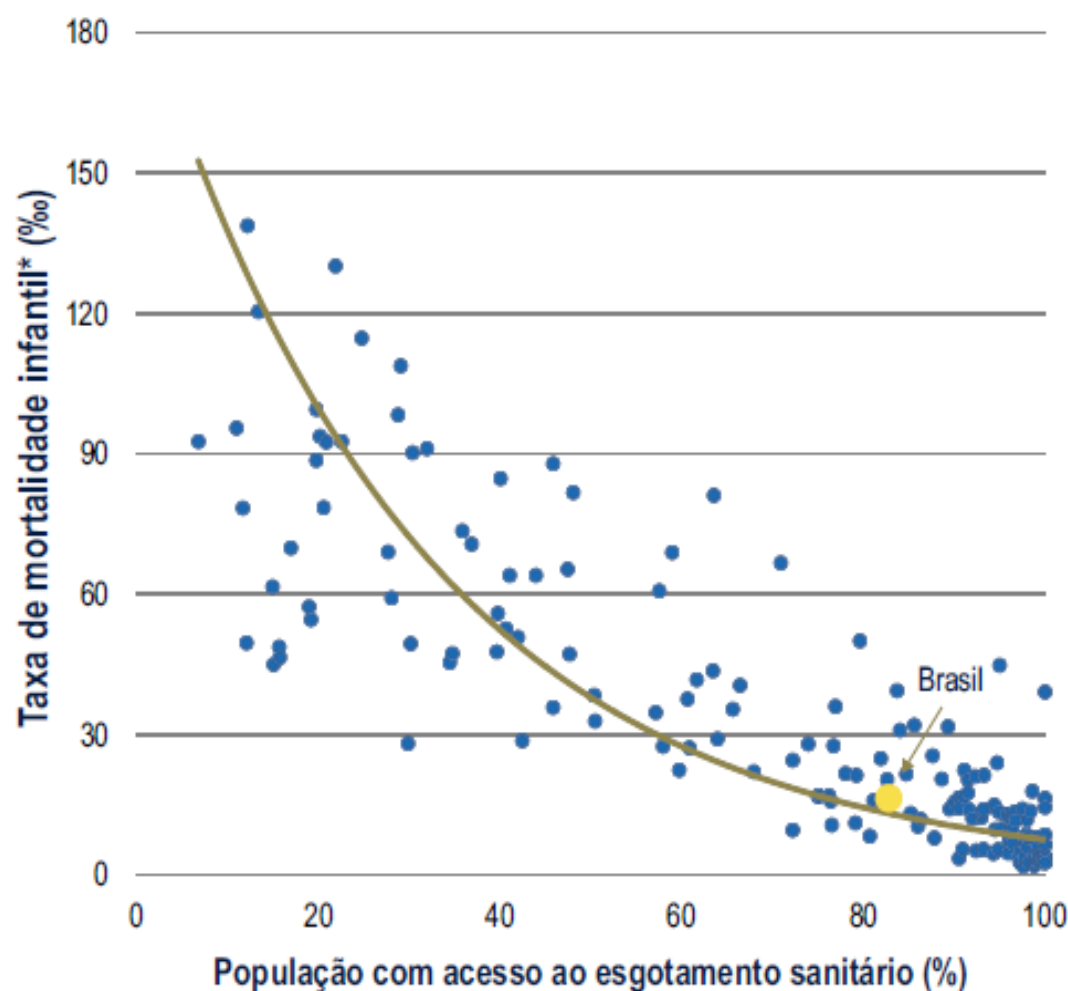


EX ANTE CONSULTORIA ECONÔMICA
Março de 2017



SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO MUNDO

Gráfico 1.3
Saneamento e Mortalidade Infantil, 2015



- ✓ Quanto maior a parcela da população com acesso ao saneamento, menores os índices de mortalidade infantil. O Brasil avançou bastante nessa área.

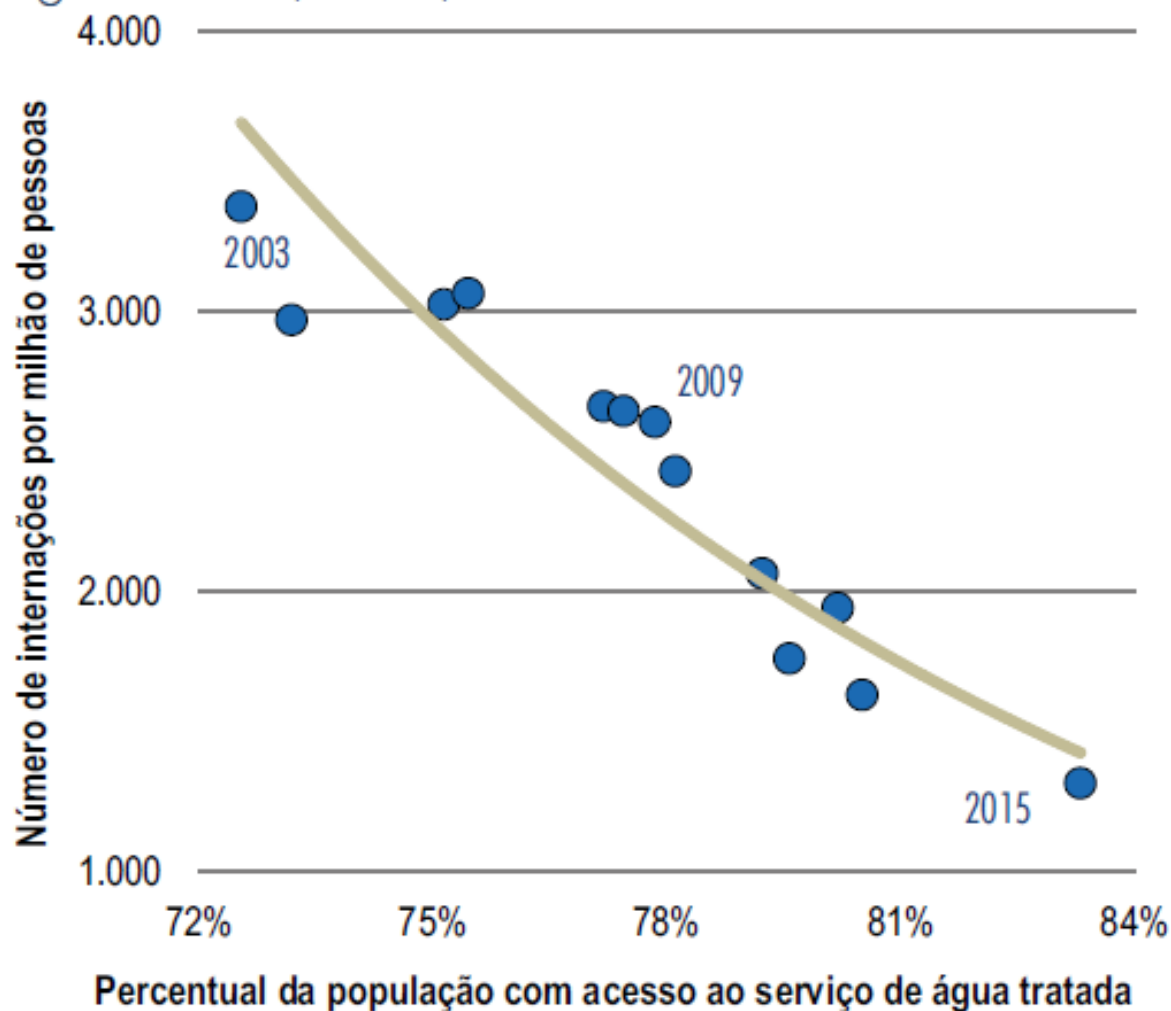
Fonte: UNICEF e WHO, 2015.
(*) Crianças de até 5 anos de idade falecidas por 1.000 nascidos vivos. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.



EXTERNALIDADES DA FALTA DE SANEAMENTO: AFASTAMENTO DO TRABALHO E INTERNAÇÕES HOSPITALARES

Gráfico 4.3

Internações gastrointestinais* e população com acesso ao serviço de água tratada, Brasil, 2003 a 2015



Fonte: SNIS e Datasus. (*) CID 10: Cólera, shigelose, amebíase, diarreia e gastroenterite infecciosa presumível, outras doenças infecciosas intestinais.
Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

BALANÇO DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL - 2015 a 2035

Tabela 7.4

Balanço de custos e benefícios da universalização do saneamento

Custos e benefícios	R\$ Bilhões*	
	por ano	2015-2035
Redução dos custos com a saúde	0,362	7,239
Aumento da produtividade do trabalho	4,146	82,911
Renda da valorização imobiliária	13,689	273,775
Renda do turismo	1,226	24,512
Subtotal externalidades (A)	19,422	388,437
Renda gerada pelo investimento	22,155	443,100
Renda gerada pelo aumento de operação	12,896	257,915
Subtotal de renda (B)	35,051	701,015
Total de benefícios (C=A+B)	54,473	1.089,452
Custo do investimento	15,839	316,776
Aumento de despesas das famílias	11,766	235,317
Total de custos (D)	27,605	552,093
Balanço (E=C-D)	26,868	537,359

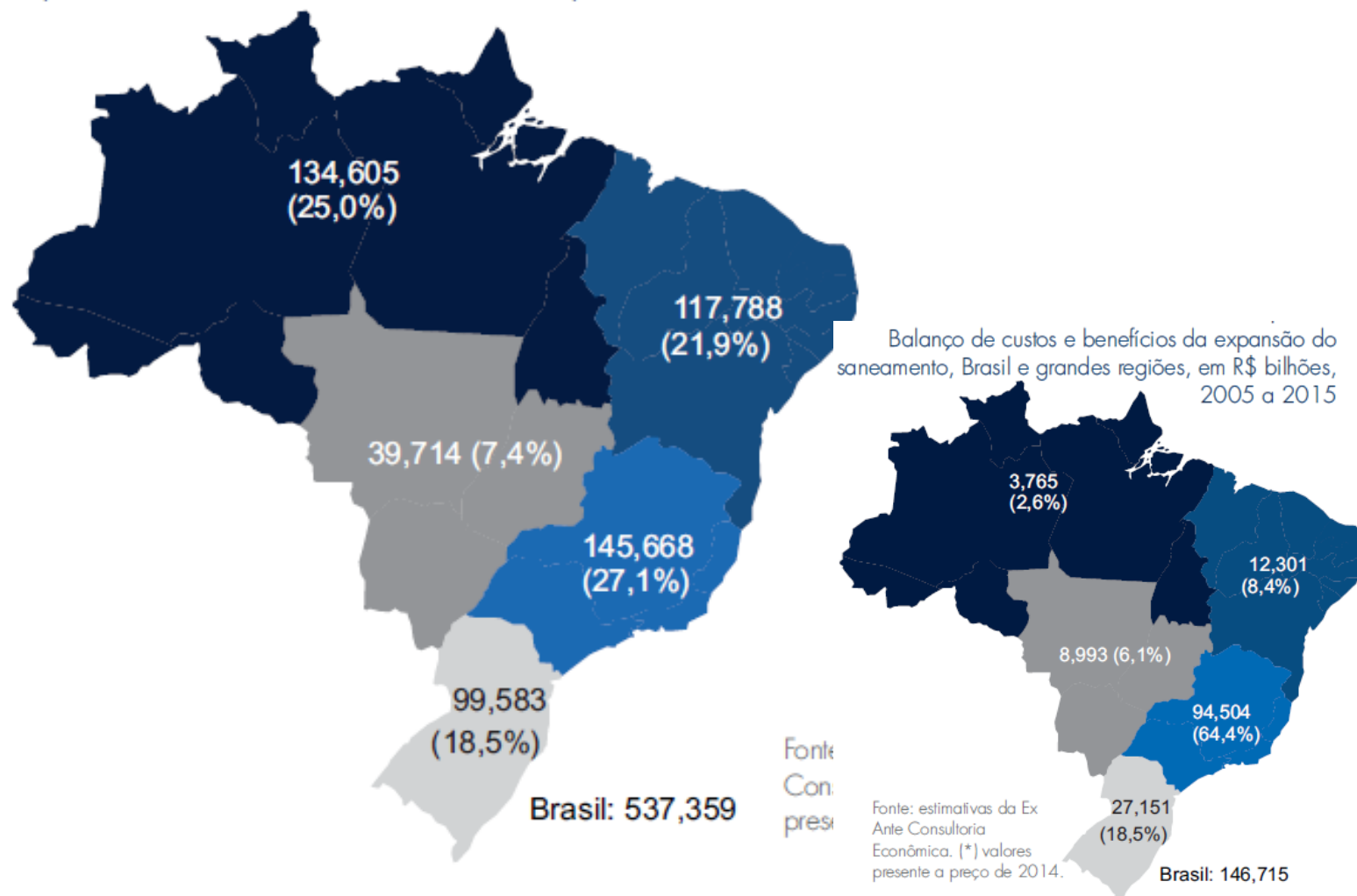
✓ Para cada R\$ 1.000,00 investidos em saneamento, retornam para a sociedade benefícios de R\$ 1.700,00 além dos custos sociais da expansão do saneamento.

Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica. (*) Valores a preços de 2014.

BALANÇO DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO NO BRASIL

Mapa 7.1

Balanço de custos e benefícios da universalização do saneamento, Brasil e Grandes regiões, em R\$ bilhão e % do total, 2015 a 2035



Investimento em Infraestrutura 2007 – 2014 (relatório CNI)

**Quadro 4 – Investimento em infraestrutura por setor – 2007-2014
(em % do PIB)**

Segmento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Energia Elétrica	0,56	0,61	0,63	0,69	0,72	0,70	0,70	0,66
Telecomunicações	0,46	0,80	0,56	0,41	0,49	0,50	0,42	0,52
Saneamento	0,14	0,22	0,24	0,21	0,17	0,19	0,20	0,19
Transportes	0,63	0,74	0,90	0,95	0,83	0,84	0,96	0,93
Rodoviário	0,35	0,40	0,55	0,57	0,48	0,39	0,47	0,44
Ferrovário	0,11	0,16	0,11	0,14	0,14	0,13	0,14	0,16
Mobilidade Urbana	0,05	0,10	0,17	0,10	0,08	0,10	0,15	0,16
Aeroportuário	0,03	0,02	0,01	0,02	0,03	0,06	0,11	0,09
Portuário	0,07	0,04	0,03	0,10	0,09	0,15	0,08	0,06
Hidroviário	0,01	0,02	0,03	0,03	0,02	0,01	0,01	0,01
Invest. /PIB (%)	1,78	2,36	2,30	2,25	2,16	2,22	2,29	2,30

Fonte: Empresas abertas (públicas e privadas); Siafi; CNI; Ipeadata; Portal Transparência; Banco Central; e cálculos e estimativas próprias.

Investimentos realizados em 2016, de acordo com as informações dos prestadores de serviços participantes do SNIS, segundo região geográfica e destino da aplicação dos recursos

Região	Despesas capitalizáveis	Água	Esgotos	Outros	Total	
	(R\$ mi)	(R\$ mi)	(R\$ mi)	(R\$ mi)	(R\$ mi)	(%)
Norte	8,4	190,7	136,0	73,2	408,3	3,5
Nordeste	167,5	1.014,0	656,3	75,3	1.913,1	16,6
Sudeste	326,6	3.624,9	2.048,7	383,9	6.384,2	55,5
Sul	57,0	637,3	870,4	136,7	1.701,4	14,8
Centro-Oeste	50,2	457,6	524,0	72,3	1.104,1	9,6
Brasil	609,6	5.924,5	4.235,4	741,5	11.511,0	100,0
	5,3%	51,5%	36,8%	6,4%	100,0%	-

Discrepância nos investimentos – 2014 a 2016

Estado	2016		2015		2014		Total	
	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)	(R\$ milhões)	(%)
São Paulo	4.505,3	39,14	4.193,5	34,44	4.076,48	33,27	12.775,3	35,60
Rio de Janeiro	875,1	7,60	1.574,4	12,93	1.026,10	4,35	3.475,6	9,69
Minas Gerais	743,8	6,46	1.281,9	10,53	1.285,66	10,03	3.311,3	9,23
Paraná	766,4	6,66	817,1	6,71	1.019,40	7,94	2.602,9	7,25
Pernambuco	563,1	4,89	550,3	4,52	707,33	7,14	1.820,6	5,07
Bahia	513,1	4,46	582,7	4,79	587,96	5,48	1.684,1	4,69
Goiás	453,1	3,94	416,3	3,42	609,52	4,27	1.478,9	4,12
Rio Grande do Sul	456,1	3,96	419,1	3,44	431,31	4,1	1.306,5	3,64
Santa Catarina	479,0	4,16	486,2	3,99	336,01	2,82	1.301,2	3,63
Espírito Santo	259,9	2,26	212,7	1,75	273,14	3,66	745,8	2,08
Mato Grosso do Sul	258,7	2,25	158,6	1,30	240,39	2,26	657,7	1,83
Mato Grosso	209,8	1,82	175,5	1,44	187,88	1,36	573,1	1,60
Paraíba	183,3	1,59	56,0	0,46	89,91	1,42	329,2	0,92
Distrito Federal	182,5	1,59	129,7	1,07	165,29	1,51	477,5	1,33
Ceará	159,7	1,39	223,5	1,84	256,41	1,97	639,6	1,78
Pará	139,8	1,21	77,4	0,64	142,80	1,4	360,0	1,00
Maranhão	136,3	1,18	109,3	0,90	104,17	1,11	349,8	0,97
Rio Grande do Norte	133,1	1,16	159,3	1,31	134,70	1,05	427,1	1,19
Sergipe	115,1	1,00	137,1	1,13	139,17	0,81	391,4	1,09
Tocantins	114,8	1,00	207,5	1,70	126,62	0,85	449,0	1,25
Alagoas	86,5	0,75	81,2	0,67	25,42	0,12	193,1	0,54
Amazonas	59,6	0,52	26,8	0,22	55,10	0,83	141,5	0,39
Roraima	56,8	0,49	38,7	0,32	51,89	0,97	147,4	0,41
Acre	24,9	0,22	15,5	0,13	22,66	0,25	63,1	0,18
Piauí	22,8	0,20	33,5	0,27	64,94	0,6	121,2	0,34
Rondônia	12,4	0,11	8,5	0,07	19,69	0,19	40,5	0,11
Amapá	0,00	0,00	2,6	0,02	17,72	0,21	20,3	0,06
Brasil	11.511,0	100,00	12.175,1	100,00	10.449,8	100,00	35.883,7	100,00

5 Estados
R\$ 24 bi

10
Estados
juntos
R\$ 1,160
bi em 3
anos

Embaixadores Trata Brasil – celebridades em suas áreas de atuação



Dr. Artur Timerman
H. Albert Einstein



Dr. Anthony Wong
H. Clínicas SP



Dr. Carlos Graeff
PUC - RS



Constança Barbosa
Pesquisadora da
Fiocruz-PE



Adalberto Piotto
jornalista



Dr. Sávio Bittencourt



Profª. Maria Cecília
Fac. Saúde Pública
USP



Dr. Edson Liberal
Soc. Pediatria RJ



Profª. Sueli Dallari
Direito Sanitário -
USP

Embaixadores Trata Brasil – celebridades em suas áreas de atuação



Dra. Luiza Eluf
Procuradora SP



Dr. Kleber Luz
UFRN



Profº Leandro Giatti
Fiocruz / AM



Eng. Raul Pinho



Dr. Murilo Bustamante
Promotor RJ



Prof. Carlos André
(UFRGS)

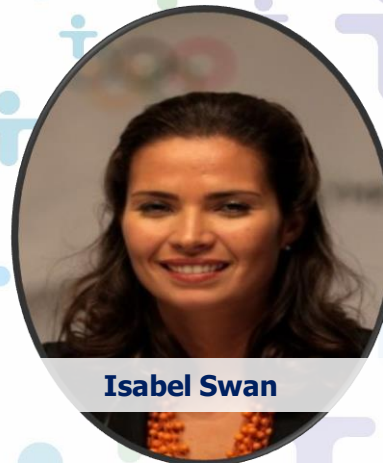


Dr. Milton Hênio
Pediatra AL



Consuelo Yoshida
Desembargadora
Federal

Embaixadores Trata Brasil – celebridades em suas áreas de atuação



Obrigado!



Trata Brasil

Saneamento é saúde

ÉDISON CARLOS

Presidente Executivo – Instituto Trata Brasil

www.tratabrasil.org.br